



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do Barreiro,
realizada nos dias vinte e cinco de junho e um de julho de dois mil e vinte e cinco

ATA N.º 4/2025

Ao vigésimo quinto dia do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas, no Auditório da Casa da Cidadania Cabós Gonçalves, sito na Rua Frederico Pereira, 2830-354 Barreiro, teve início a Sessão Ordinária de junho.

A Ordem de Trabalhos encontra-se inserta na Ata como **anexo I**.

A Câmara Municipal esteve representada pelo seu Presidente Frederico Rosa e pelos Vereadores Telma Gomes, Rafael Plowden, Rui Pereira, Maria João Regalo, António Amaral, Carlos Guerreiro e Maria Arlete da Cruz.

(14:30 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Pinotes Batista, anunciou os pedidos de substituição e suspensão conforme quadro infra:

Substituição Assembleia Municipal
João Pintassilgo substituído por Gonçalo Vilhena
Zélia Silva substituída Maria do Céu Costa
Antínia de Moraes substituída por Pedro Matos
André Brás dos Santos substituído por António Viegas
Joana Fonseca substituída por Luís Canhoto
José Luís Ferreira substituído por Susana Silva
Carlos Moreira substituído por José Carlos Marques
Susana Ramalho substituída por Paula Freitas
Maria Filomena Vitorino substituída por José Carlos Marques
André Carmo substituído por Dinis Borges
Gabriela Soares, Presidente da UFBL, representada por Ana Pais Cabral
Suspensão de Mandato Assembleia Municipal
Vítor Castro Nunes (prorrogação de 1 junho a 30 de setembro inclusive), substituído por Sílvia Ratão
Ana Teresa Xavier (por um período de 6 meses, a partir de 17 de abril), substituída por Cláudia Bizarro
Suspensão de Mandato Câmara Municipal
Carlos Humberto de Carvalho (por igual período ao do Mandato de Primeiro-Secretário da AML) substituído por Rafael Plowden
Substituição Câmara Municipal
Sara Ferreira substituída por Telma Gomes

Registou com agrado o facto de não haver requerimentos pendentes, bem como a celeridade de resposta da Câmara Municipal que vinha ocorrendo nos últimos oito anos. Na Conferência de Líderes dera conhecimento de que a Câmara Municipal pedira para serem agendados dois pontos à Ordem de Trabalhos: - **3.8** ABERTURA DE HASTA PÚBLICA PARA VENDA DE LOTES DE TERRENO SITOS NA QUINTA DAS CANAS, DECORRENTES DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO MUNICIPAL N.º 1/2023, PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO; e **3.9** MINUTA DE ADENDA-CONTRATO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE – ESTACIONAMENTO MERCADO 1º DE MAIO, e justificou a sua urgência. Sugeriu iniciar os trabalhos com o PAOD, e de seguida apreciar os DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS – 2024.

Os trabalhos foram coadjuvados pelo Deputado David Rodrigues e pela Deputada Filipa Pinto, respetivamente como Primeiro Secretário e Segunda Secretária.

Estiveram presentes 31 deputados, conforme lista de presença inserta na Ata como **anexo II**.

1. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO AO ABRIGO DO ARTIGO 44º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;

Não se registaram intervenções do público.

2. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA;

(19:33 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Pinotes Batista, enunciou os documentos do PAOD, insertos na Ata como **anexo III**, conforme quadro infra:

A	4ª COM	RECOMENDAÇÃO
B	PSD	SAUDAÇÃO-15 DE JUNHO - DIA MUNDIAL DO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA IDOSOS
C	PSD	SAUDAÇÃO - 20 DE JUNHO - DIA MUNDIAL DO REFUGIADO
D	BE	VOTO DE REPÚDIO - PELA AGRESSÃO NEONAZI AO ATOR ADÉRITO LOPES E À COMPANHIA DE TEATRO A BARRACA
E	BE	VOTO DE CONDENAÇÃO PELO ASSALTO À FLOTILHA MADLEEN E OS CRIMES DE GUERRA EM GAZA
F	CDU	MOÇÃO PELA PREVENÇÃO E COMBATE AO DISCURSO DE ÓDIO
G	CDU	MOÇÃO PELA DEFESA DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES DA SGL CARBON
H	CDU	MOÇÃO POR UM PAÍS QUE DEFENDA INTRANSIGENTEMENTE A PAZ E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS POVOS

Não houve objecção em adendar os pontos 3.8 e 3.9, (Edital N.º 16-2025), inserto na Ata como **anexo IV**. Ficou acordado que logo após o PAOD se apreciarem as Contas Consolidadas.

(21:22 do vídeo)

O Deputado José Luís Ferreira, interpelou a Mesa e colocou duas questões. Aquando do episódio de abandono dos trabalhos da Assembleia por parte do Executivo, o Presidente da Assembleia Municipal dissera que na sua perspetiva, no ordenamento jurídico em vigor, não havia obrigatoriedade na sua presença. Leu o artigo 43.º do Regimento que dizia o contrário. Perguntou ao Presidente da Assembleia Municipal se

ainda mantinha a mesma leitura. Pediu que fosse esclarecido se, aquando das declarações políticas a Câmara tinha ou não direito a tempo de intervenção, pois apesar de estar na grelha de tempos, não encontrara nenhuma norma habilitante.

(23:35 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Pinotes Batista, reconheceu que o Deputado José Luís Ferreira tinha razão na primeira questão colocada, na altura fora uma insuficiência de análise. Na segunda questão colocada recordou que meses antes se efetuara uma alteração ao Regimento, para incluir a norma habilitante nas declarações políticas. Justificou o que motivara a alteração.

(27:59 do vídeo)

A Deputada Cláudia Bizarro, na qualidade de porta-voz da Quarta Comissão Permanente – Saúde, Direitos Sociais, Habitação e Cidadania, fez a leitura do documento A – RECOMENDAÇÃO CUIDADORES INFORMAIS.

(33:41 do vídeo)

A Deputada Sílvia Baião, fez a leitura do documento G - MOÇÃO PELA DEFESA DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES DA SGL CARBON.

(36:58 do vídeo)

O Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa, deu a conhecer as démarches já efetuadas em relação à SGL CARBON. Por considerar que se enquadrava no documento que estava a ser apresentado pela CDU, propôs que para além da Comissão de Acompanhamento com técnicos da Autarquia, pudesse ter também uma Comissão de Observação com Eleitos da Câmara Municipal e Membros da Assembleia Municipal.

(37:55 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Pinotes Batista, no caso de aprovação, e tendo em conta que se estava a propor instigar o Governo, deixou à consideração dos autores do documento, que o mesmo fosse dirigido ao Gabinete do Primeiro-Ministro ou a alguma tutela em particular, nomeadamente Economia ou Coesão Territorial.

(39:30 do vídeo)

A Deputada Sílvia Ratão, fez a leitura do documento C - SAUDAÇÃO - 20 DE JUNHO - DIA MUNDIAL DO REFUGIADO.

(43:16 do vídeo)

O Deputado Francisco Alves, mencionou que o Bloco de Esquerda apresentara dois documentos, o VOTO DE CONDENAÇÃO PELO ASSALTO À FLOTILHA MADLEEN E OS CRIMES DE GUERRA EM GAZA, e o VOTO DE REPÚDIO - PELA AGRESSÃO NEONAZI AO ATOR ADÉRITO LOPES E À COMPANHIA DE TEATRO A BARRACA. Fez a leitura do segundo, e comentou: - “Felizmente houve quem na Assembleia da República propusesse que esta parte do RASI fosse efetivamente aberta à discussão, vamos ver o que dá, mas também sabemos pelas notícias, que nas próprias Forças Armadas e na Polícia, GNR e PSP, existem bandos organizados que põem em causa a segurança de todos. “, disse.

(48:30 do vídeo)

O Deputado Nuno Barata, efetuou a leitura do documento H - MOÇÃO POR UM PAÍS QUE DEFENDA INTRANSIGENTEMENTE A PAZ E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS POVOS. Referiu que a Moção não era contra os Estados Unidos, era contra um Portugal cúmplice, que não defendia a paz nos seus diferentes órgãos de soberania.

(52:05 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Pinotes Batista, efetuou intervenção sobre as matérias dos documentos apresentados, conforme consta no **anexo V**.

(59:30 do vídeo)

A Deputada Cláudia Bizarro, “se me permitem esta nota antes da leitura do documento, penso que... quando se dizia que o homem era mau por natureza, e realmente temos que trazer à flor da pele a nossa condição humana por nós e por todos os outros, porque aquilo que acontece aos outros, já o referi várias vezes, até aqui na Assembleia Municipal, é que não acontece só aos outros e, portanto... há um ditado que diz que devemos pôr as barbas de molho e, portanto, não acontece só aos outros! E, portanto, exaltar o melhor que o ser humano tem..., e o melhor que o ser humano tem, tem que ser a defesa do próprio ser humano e trazer ao de cima todo o ser humano que há em nós.”, disse. Fez leitura abreviada do documento B – SAUDAÇÃO - 15 DE JUNHO - DIA MUNDIAL DO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA IDOSOS.

(01:05:55 do vídeo)

A Deputada Susana Silva, fez a apresentação do documento F - MOÇÃO PELA PREVENÇÃO E COMBATE AO DISCURSO DE ÓDIO, através da sua leitura.

(01:10:01 do vídeo)

O Deputado Isidro Heitor, comentou que parte da intervenção que pretendia fazer já fora esvaziada devido à intervenção do Presidente da Assembleia Municipal, mas queria recordar duas questões essenciais. Em junho de dois mil e vinte e três, havendo a perceção do que se iria passar, o Grupo Municipal do PS apresentara a “Moção Sim à Liberdade e Democracia, não à intolerância e ao populismo”, por isso não tinham apresentado nenhum documento, tendo em conta a posição clara de então, e acrescentou que a defesa da paz, dos direitos fundamentais dos povos, do humanismo estava colocada a nível nacional e internacional em causa e todos tinham um papel a desempenhar sobre a matéria. Invocou e enalteceu as inúmeras datas comemorativas do mês de junho. O PS não via a preto e branco a questão do Direito Internacional, tinha a mesma posição em relação à guerra, viesse de um lado ou de outro, condenavam o genocídio a ocorrer em Gaza, assim como condenavam a atitude do grupo terrorista HAMAS, assim como a agressão da Rússia em relação à Ucrânia. Lembrou que em relação à Base das Lajes, havia um Tratado entre Portugal e os Estados Unidos, o Governo Português fora informado sobre a matéria, portanto o Tratado era para cumprir. - “Aos democratas nos dias difíceis que passamos, os dias e os meses vão passando, o combater é pela liberdade, pela democracia, pela tolerância, e aqui estamos nós para assumir todas as nossas funções com determinação, no combate pela democracia, liberdade e pela própria diversidade, pelo respeito das pessoas como elas são.”, concluiu.

(01:19:25 do vídeo)

O Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa, considerou engraçado que se estivesse a falar sobre discursos de ódio, quando nas redes sociais do

Barreiro se fazia o contrário do apregoado. Pelo facto de se sentir um destinatário desse discurso, e por forma a dar o exemplo, propôs à CDU que acrescentasse um ponto quatro à MOÇÃO PELA PREVENÇÃO E COMBATE AO DISCURSO DE ÓDIO, nos seguintes termos: - “Instar todos os partidos aqui representados nesta Assembleia a abolir o discurso de ódio na campanha eleitoral que se avizinha.”, finalizou.

(01:21:02 do vídeo)

O Deputado Pedro Almeida, propôs à CDU que pudesse reformular o primeiro ponto do documento H para “condenar as operações militares que vão contra o direito internacional.”, e justificou.

(01:22:50 do vídeo)

O Deputado Nuno Chambel, comentou que o Grupo Municipal do CHEGA iria votar a favor os documentos A, B e C e justificou. Pronunciou-se sobre os documentos E e D do Bloco de Esquerda, bem como o F e H da CDU, e justificou também o voto que iria apresentar.

(01:26:12 do vídeo)

A Deputada Susana Silva, respondeu ao Presidente da Câmara que a CDU estava de acordo com a alteração e poderia ser aceite, o que a CDU não aceitava era que se viesse refugiar nos discursos de ódio que recebia nas suas redes sociais, para não implementar as propostas que a CDU ali vinha colocar. “Em nome da CDU não coloco as mãos no fogo por nenhum militante nem do PCP, nem de “Os Verdes”, que faça discurso de ódio nas redes sociais, e acredito que o Senhor Presidente também não coloque as mãos no fogo por nenhum militante do PS, que também o faça.”, disse.

(01:27:32 do vídeo)

O Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa, respondeu que não percebera o incómodo da Deputada Susana Silva, não se tratava de uma questão de refugiar, mas sim de dizer uma coisa e fazer outra. Não havia nada que desse mais força aos discursos de ódio, do que quem dizia uma coisa e fazia outra, e as redes sociais estavam cheias de exemplos disso.

(01:31:38 do vídeo)

O Deputado Francisco Alves, em nome do Bloco de Esquerda sublinhou a importância dos documentos que estavam a ser apresentados bem como o entendimento maioritário da Assembleia Municipal sobre o humanismo, liberdades e a democracia. Lembrou que a razão objetiva da ida do navio MADLEEN para GAZA era levar ajuda humanitária a ativistas internacionais.

(01:32:36 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Pinotes Batista, “Senhores Deputados vou fazer a intervenção mais curta que alguma vez fiz! O Poder Local Democrático pela sua história tem a obrigação e o direito de ser uma resistência pelo humanismo. É só isto, e acho que é uma coisa que nos deve juntar neste Mandato e nos que estão para vir... e não é por serem assuntos... já não colhe o argumento de que não são assuntos de cá, porque é tudo à nossa porta. A Autarquia, Juntas de Freguesia, Câmaras Municipais, Assembleias Municipais temos o direito, obrigação e dever de sermos uma resistência pelo humanismo. Muito obrigado!”, disse.

(01:33:38 do vídeo)

O Deputado José Luís Ferreira, perguntou ao Presidente da Câmara se mantinha a proposta, pois ao princípio achou que não era para levar a sério, porque no fundo estavam a instar a Assembleia Municipal a auto instar-se a comportamentos elevados o que não fazia sentido. Não tinha relutância em aceitar, se a quisesse manter.

Os trabalhos foram interrompidos para apreciação dos documentos.

(01:51:40 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Pinotes Batista, referiu que os documentos A, B e C não tinham pedido de alteração.

(01:52:30 do vídeo)

O Deputado Isidro Heitor, descreveu a alteração que já sugerira ao Bloco de Esquerda no seu documento, e registou que não fora aceite a alteração sugerida ao documento E.

(01:53:40 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Pinotes Batista, informou que fora consensualizado que o documento F não seria alterado.

(01:54:20 do vídeo)

A Deputada Sílvia Baião, descreveu as alterações aceites pela CDU ao ponto 1 e 2 do documento G.

(01:56:47 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Pinotes Batista, referiu que o documento H não tinha alterações.

(01:57:05 do vídeo)

O Deputado José Luís Ferreira, informou que fora aceite a alteração sugerida pelo Deputado Pedro Almeida ao documento H, e descreveu-a.

(01:57:33 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Pinotes Batista, colocou os documentos à votação:

A – 4ª COMISSÃO PERMANENTE - RECOMENDAÇÃO

Aprovada por unanimidade, com votos do PS (20), da CDU (7), do PSD (2), do CH (1) e do BE (1) – Deliberação N° 42-2025.

B - SAUDAÇÃO-15 DE JUNHO - DIA MUNDIAL DO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA IDOSOS

Aprovada por unanimidade, com votos do PS (20), da CDU (7), do PSD (2), do CH (1) e do BE (1) – Deliberação N° 43-2025.

C - SAUDAÇÃO - 20 DE JUNHO - DIA MUNDIAL DO REFUGIADO

Aprovada por maioria com votos a favor do PS (20), da CDU (7), do PSD (2) e do BE (1), e voto contra do CH (1) – Deliberação N° 44-2025.

D - VOTO DE REPÚDIO - PELA AGRESSÃO NEONAZI AO ATOR ADÉRITO LOPES E À COMPANHIA DE TEATRO A BARRACA

Aprovada por maioria com votos a favor do PS (20), da CDU (7), do PSD (2) e do BE (1), e voto contra do CH (1) – Deliberação Nº 45-2025.

E - VOTO DE CONDENAÇÃO PELO ASSALTO À FLOTILHA MADLEEN E OS CRIMES DE GUERRA EM GAZA

Aprovada por maioria com votos a favor do PS (20), da CDU (7) e do BE (1), abstenção do PSD (2) e voto contra do CH (1) – Deliberação Nº 46-2025.

F -MOÇÃO PELA PREVENÇÃO E COMBATE AO DISCURSO DE ÓDIO

Aprovada por maioria com votos a favor do PS (20), da CDU (7), do PSD (2) e do BE (1), e voto contra do CH (1) – Deliberação Nº 47-2025.

G -MOÇÃO PELA DEFESA DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES DA SGL CARBON

Aprovada por unanimidade, com votos do PS (20), da CDU (7), do PSD (2), do CH (1) e do BE (1) – Deliberação Nº 48-2025.

H -MOÇÃO POR UM PAÍS QUE DEFENDA INTRANSIGENTEMENTE A PAZ E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS POVOS

Reprovada com votos a favor do PS (1) da CDU (7), do PSD (2) e do BE (1) e votos contra do PS (19) e CH (1).

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA;

3.4 DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS - 2024;

(02:01:26 do vídeo)

A Vereadora Maria João Regalo, explicou que se tratava de um documento muito técnico, resultante basicamente da junção da Prestação de Contas da Câmara Municipal e da dos Transportes Coletivos do Barreiro, devidamente certificado pelo Revisor Oficial de Contas, que por obrigatoriedade da lei, teria de ser entregue ao Tribunal de Contas até ao fim do mês em curso.

(02:03:00 do vídeo)

Colocado à votação o ponto 3.4 foi:

Aprovado por maioria com votos a favor do PS (20), da CDU (7), e do BE (1), e voto contra do PSD (2) e do CH (1) – Deliberação Nº 49-2025

(02:03:55 do vídeo)

O Deputado Nuno Chambel, declarou que o Grupo Municipal do CH votara contra a Consolidação de Contas, por nela se confirmar um acréscimo do passivo, apesar da melhoria dos resultados dos TCB, sobrecarregando imenso os barreirenses com uma carga de impostos. Traduzia a queda da solvibilidade da Autarquia, a subida do endividamento, a queda do grau de cobertura de gastos, a queda na liquidez e rentabilidade, sabia-se agora as sucessivas derrapagens de bandeiras anunciadas pelo PS em várias obras.

(02:05:46 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Pinotes Batista, propôs ao Plenário continuar os trabalhos com os pontos 3.2 e 3.7. Não houve objecção.

3.2 PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2025;

3.7 ALTERAÇÃO AO MAPA DO PESSOAL DOS SMTCB PARA 2025 – CRIAÇÃO DE 7 LUGARES NA CATEGORIA DE ASSISTENTE TÉCNICO E 25 LUGARES NA CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL;

(02:06:40 do vídeo)

A Vereadora Maria João Regalo, explicou que com o ponto 3.2 se pretendia criar no quadro, vinte e sete lugares de assistentes técnicos e um lugar de coordenador técnico para a área da Cultura, a necessidade na sua maioria tinha a ver com a abertura da Loja do Cidadão. O ponto 3.7 destinava-se à criação de sete lugares na categoria de assistente técnico, tinha a ver também com a abertura da Loja do Cidadão, e vinte e cinco na categoria de assistentes operacionais, para reforçar os motoristas.

(02:10:17 do vídeo)

Colocado à votação o ponto 3.2 foi:

Aprovada por maioria com votos a favor do PS (20), da CDU (7), do PSD (2), e do BE (1), abstenção do CH (1) – Deliberação Nº 50-2025.

(02:03:00 do vídeo)

Colocado à votação o ponto 3.7 foi:

Aprovada por unanimidade, com votos do PS (20), da CDU (7), do PSD (2), do CH (1) e do BE (1) – Deliberação Nº 51-2025.

(02:11:02 do vídeo)

Foi efetuada a leitura da Ata em Minuta – **anexo VI**.

Nada mais havendo a tratar, a Reunião foi dada por encerrada às vinte e três horas e dezoito minutos, do dia vinte e cinco de junho de dois mil e vinte e cinco.

Ao primeiro dia do mês de julho de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas, no Auditório da Casa da Cidadania Cabós Gonçalves, sito na Rua Frederico Pereira, 2830-354 Barreiro, teve continuação a Sessão Ordinária de junho.

A Câmara Municipal esteve representada pelo seu Presidente Frederico Rosa e pelos Vereadores Sara Ferreira, António Amaral, Rui Pereira, Maria João Regalo, Rafael Plowden, Carlos Guerreiro e Maria Arlete da Cruz.

Os trabalhos foram coadjuvados pelo Deputado Rui de Carvalho e pelo Deputado Nuno Nogueira, respetivamente como Primeiro Secretário e Segundo Secretário.

Estiveram presentes 31 deputados, conforme lista de presença inserta como **anexo VII**.

(09:45 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Pinotes Batista, anunciou os pedidos de substituição e suspensão conforme quadro infra:

Substituição Assembleia Municipal
João Pintassilgo substituído por Gonçalo Vilhena
Rui Faria substituído por Maria do Céu Costa
Filipa Pinto substituída por Pedro Matos
David Rodrigues substituído por Luís Cerqueira
Joana Fonseca substituída por António Viegas
Carlos Moreira substituído por Susana Silva
Susana Ramalho substituída por José Carlos Marques
Filomena Vitorino substituída por Paula Freitas
André Carmo substituído por Inês Bucho
Gabriela Soares, Presidente da UFBL, representada por Ana Pais Cabral
Suspensão de Mandato Assembleia Municipal
Vítor Castro Nunes (prorrogação de 1 junho a 30 de setembro inclusive), substituído por David Conceição
Ana Teresa Xavier (por um período de 6 meses, a partir de 17 de abril), substituída por Marco Binã
Suspensão de Mandato Câmara Municipal
Carlos Humberto de Carvalho (por igual período ao do Mandato de Primeiro-Secretário da AML) substituído por Rafael Plowden
Substituição Câmara Municipal
Não se registaram substituições.

(13:14 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Pinotes Batista, anunciou que havia um pedido da Câmara Municipal e um documento do Partido CHEGA, um Voto de Pesar pelo desaparecimento de António Joaquim Pereira Gama, conhecido por Kira, que por ser um facto superveniente colocou à consideração de todos. Igualmente colocou à consideração e justificou, o pedido da Câmara Municipal para inclusão do ponto 3.10 ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL GASÓLEO RODOVIÁRIO ADITIVADO PARA OS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TRANSPORTES PÚBLICOS DO BARREIRO na Ordem de Trabalhos. A documentação foi distribuída aos deputados, e deu efeito ao (Edital N.º 18-2025) - **anexo VIII**.

(15:24 do vídeo)

O Deputado José Luís Ferreira, em nome da CDU e por entender que já não era possível apresentar Voto de Pesar sem haver PAOD, propôs que fosse guardado um minuto de silêncio pelo desaparecimento dos cidadãos Joaquim Galrito que fora um Autarca do Barreiro e pelo Artista Plástico, Kira.

(16:17 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Pinotes Batista, agradeceu a interpelação do Deputado José Luís Ferreira, a quem deu razão na questão colocada. Aceitou o documento apresentado pelo CH, que iria ser considerado como documento A do PAOD da Reunião seguinte, e como documento B, o Voto de Pesar que seria apresentado pela CDU. Proferiu breves palavras sobre os cidadãos desaparecidos.

Foi guardado um minuto de silêncio em memória de ambos.

(19:22 do vídeo)

O Deputado José Luís Ferreira, interpelou para dizer que o Cidadão Joaquim Matias dirigira ao Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, em abril ou maio, uma carta para ser distribuído pelos deputados, sobre a Terceira Travessia do Tejo e outras questões de ordenamento do território. Como a Bancada da CDU não recebera cópia, perguntou o que acontecera.

(19:58 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Pinotes Batista, respondeu que não tivera conhecimento da carta, mas o Assessor António Frágoso já estava a apurar o que acontecera. Entendia que não era sua função distribuir documentos pelos grupos municipais, mas a carta seria tratada consoante o seu teor. De qualquer forma pediu desculpa antecipadamente.

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

3.1 APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, SOBRE A ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO; anexo IX.

(21:41 do vídeo)

O Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa, destacou como notas principais a abertura do Moinho Grande e a atividade que lá se começara a desenvolver, destacou na área sociocultural a Edição do Arraial Solidário que se associara à celebração dos Santos Populares no Mercado 1º de Maio e mais uma edição do Jazz no Parque, que fora um sucesso e estava a criar raízes sólidas. Ficou disponível para prestar mais informação.

(25:04 do vídeo)

O Deputado Francisco Alves, pediu explicação mais aprofundada e objetiva dos custos da obra do Moinho Grande, e do deslize do seu valor inicial. Pediu igualmente o ponto de situação da recuperação da Estação Ferro-fluvial do Barreiro, ponto de situação da Quinta do Braamcamp, da transferência dos terrenos do domínio da APL para a CMB e do processo dos oitocentos fogos para habitação.

(31:10 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Pinotes Batista, respondeu ao Deputado José Luís Ferreira que efetivamente tinha recebido a carta enviada pelo Cidadão Joaquim Matias. Fora apresentada na sequência da intervenção que fizera na Assembleia Municipal como forma de a completar, na qual dizia e com verdade que o tempo de intervenção do público estipulado no Regimento em vigor, mesmo com tolerância não fora o suficiente para expor uma carta de oito páginas. Tratava-se de uma reflexão sobre a Terceira Travessia do Tejo, pediu aos Serviços que a remetessem aos Líderes de Bancada.

(32:37 do vídeo)

O Deputado José Luís Ferreira, comentou que efetivamente e em rigor, apenas perguntara se a carta fora distribuída pois a Bancada da CDU não recebera. Se podia ou não distribuir pelas bancadas deveria ser dito a quem a escrevera.

(32:54 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Pinotes Batista, “para ficar esclarecido, não tinha sido distribuída!”, disse.

(33:03 do vídeo)

O Deputado José Luís Ferreira, fez breve historial do processo da Depuradora de Bivalves que fora anunciada há uma década, e pediu esclarecimento sobre o ponto da sua situação. Referiu que em dezembro do ano anterior, a Assembleia Municipal aprovara por unanimidade, uma Recomendação proposta pela Comissão de Ambiente e subscrita por todas as Bancadas, com vista a alertar o Governo para a necessidade de regulamentar a lei e impedir a repercussão final da TOS no consumidor, quando deveria ser suportada pelas empresas concessionárias da distribuição do gás natural. Perguntou que diligências a Câmara Municipal desenvolvera junto do Governo para a executar. Leu um anúncio sobre a obra da Ilha do Parque, feito pelo Vereador Rui Braga em julho de dois mil e vinte e quatro e pediu o ponto de situação. Pediu também o ponto de situação do processo da Revisão do PDM.

(37:38 do vídeo)

O Deputado Nuno Chambel, manifestou preocupação com a Caldeira Grande e com a redução de espaços de estacionamento na Cidade, e pediu melhor informação sobre essas matérias. Ouvira falar da não adjudicação da Braamcamp e da refuncionalização do espaço, pediu também melhor informação. Aconselhou a que junto do operador das trotinetes fosse pedido mais cuidado na sua recolocação, existiam descuidos pontuais que nalguns casos criavam dificuldade de mobilidade na via.

(40:29 do vídeo)

O Deputado Joaquim Sousa Marques, comentou que não iria trazer assuntos de natureza nacional, não iria imputar à Câmara responsabilidades em termos de promessas eleitorais, nem de responsabilidade sobre património que não era seu. “Naturalmente sabemos que estamos em clima pré-eleitoral e sabemos que a garrafa pode estar meio cheia ou a garrafa pode estar meio vazia!”, disse. Pronunciou-se sobre a Informação Escrita, conforme consta no **anexo X**.

(47:18 do vídeo)

O Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa, frisou que a Estação Ferro-fluvial não era propriedade da Câmara, o concessionário encontrava-se em fase de diálogo com as várias entidades envolvidas, para depois apresentar o projeto final e submete-lo à Câmara. Explicou que, sendo a Braamcamp terreno municipal com aptidão em PDM para habitação, se decidira a não adjudicação do anterior projeto, para colocar os terrenos no âmbito do arrendamento municipal acessível. Estava para ser assinado com a APL o protocolo de transferência das zonas não portuárias, que incluía verba da responsabilidade da APL para fazer o desaquecimento na zona e respetiva descarga no Moinho, que já devia ter sido feita em dois mil e vinte e um. Gostava muito que a obra do Moinho Grande tivesse mantido o valor inicial, mas claro que não era o caso pois, para além das coisas normais que ocorrem sempre em cada processo de construção, este tinha passado por uma série de contingências, que descreveu. O processo ainda não estava

fechado, o valor devia estar acima dos quatro milhões de euros. Considerou como necessário e essencial apostar no vetor do arrendamento acessível, enunciou os números de fogos que se previa criar em terrenos municipais, Quinta das Canas, Nicola e Braamcamp. Depuradora, se os projetos dependessem da Câmara já estavam feitos, mas tinha conhecimento de que estavam a ser elaborados. Justificou o motivo de a Câmara continuar a ver a solução como boa. Subscrevia a avaliação do Deputado José Luís Ferreira sobre os valores da TOS, os tribunais já se tinham pronunciado pela sua ilegalidade e explicou o que estava a ser feito a nível dos técnicos da Câmara. A obra da Ilha em si estava praticamente concluída, mas o concessionário estava com dificuldade de recrutamento de mão de obra. Aguardava-se a devolução do PDM para o colocar em contributo de consulta pública. Reconheceu que o estacionamento era um problema na Cidade, a Câmara ia propor à Soflusa ficar com o parque de estacionamento dos barcos, o estudo feito possibilitaria aumentar a capacidade e otimizar em duzentos lugares, o que já era significativo. Consciente de que era necessário mais, já se identificara alguns terrenos para de futuro, se avançar com estacionamento subterrâneo. Mantinha-se uma relação aberta com o operador das trotinetes para tentar reduzir o número de estacionamentos e das áreas e um melhor reposicionamento. Comentou a posição da CDU em relação às obras que considerava como obrigações do Governo, e acrescentou que o Centro Saúde Escavadeira em reta final, o Centro de Saúde dos Fidalguinhos em arranque de obra, a Escola Santo António e a Escola Básica do Alto do Seixalinho, prestes a entrar em intervenção.

(01:05:00 do vídeo)

O Deputado José Luís Ferreira, "... bem sei que o Senhor Presidente não gosta de cartazes, acha que são tudo panfletos, que resolve tudo com um telefonema, não sei se agora com a mudança de Governo a estratégia se mantém ou não, de qualquer maneira devo dizer Senhor Presidente que não temos nenhum cartaz, temos vários a pedir mais SNS, mas não temos nenhum com fotografias de pessoas que não tenham sabido para o que estavam a tirar a fotografia. Não temos nenhum cartaz com gente a dizer que não sabia das fotografias...não temos não!", iniciou. Frisou que não acreditava que o Presidente da Câmara tivesse percebido mal a posição da CDU, e voltou a dizer que a CDU fora contra o facto de ser o Município a suportar os custos com a construção do Centro de Saúde do Alto do Seixalinho, e não o Governo Central.

(01:07:17 do vídeo)

O Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa, "Senhor Deputado, a gente quando não tem razão foge para assuntos que tem na algibeira! É tudo mentira aquilo que disse em relação aos cartazes, é muito importante que fique...gosto muito ...adoro ... (interrupção)", respondeu. Quis deixar claro que percebera bem a posição da CDU em relação à construção dos centros de saúde, toda a gente percebera que a CDU achava que deveria ser o Governo a pagar os centros de saúde, assim como sabiam que se o PS achava que havia oportunidade e o devia fazer, fazia.

(01:12:31 do vídeo)

O Deputado Francisco Alves, na sua opinião a discussão dos centros de saúde estava bem, mas era preciso ter presente que para os pôr em funcionamento para a saúde das pessoas, eram precisos profissionais. Lembrou que das cinquenta vagas do concurso para médicos no arco ribeirinho, apenas catorze tinham sido ocupadas.

(01:14:03 do vídeo)

O Deputado Isidro Heitor, comentou que o tema da saúde era um tema nacional,

relevante, difícil e complexo, em relação ao qual todas as autarquias estavam a desenvolver esforços para ultrapassar a dificuldade em encontrar recursos humanos, exemplificando com o que estava a ser feito no Concelho onde nascera, para cativar a classe médica. A Nota Introdutória da Informação Escrita esclarecia de facto aquilo que era mais relevante em termos de projetos, para o Município no período em apreciação. Questionou se havia algum sinal de incumprimento em termos de faturação da água e louvou o esforço que vinha sendo feito ao investir nas infraestruturas do subsolo, na rede de águas e saneamento, por ser um grande contributo para as finanças do Município.

(01:20:12 do vídeo)

O Deputado Nuno Chambel, esclareceu que não falara do utilizador comum das trotinetes, mas sim da sua recolocação por parte do operador, para se garantir a mobilidade das pessoas, especialmente as de mobilidade reduzida. Afirmou que não ficara esclarecido com a questão a Caldeira Grande, pediu o ponto de situação do Nó de Santo António e da Sogenave.

(01:21:32 do vídeo)

O Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa, afirmou que deveria haver um estudo mais profundo sobre o incumprimento da faturação da água, mas da sua perceção estava ligado ao aumento do custo de vida e da prestação das casas, eram questões pontuais e estavam a ser resolvidas. A tarifa social da água de acesso automático, era um fator importante para que a situação não escalasse mais. Fez o ponto de situação das intervenções já feitas ao nível das infraestruturas do subsolo, e do que fora feito e estava previsto fazer no projeto da Caldeira Grande, no Nó de Santo António. Esclareceu que não era Sogenave, era Grupo Trivalor, o dono que era o grande entusiasta daquela localização falecera, e o Grupo estava a ser reestruturado, era um dossier que seguiam com atenção, por considerarem relevante para o Município.

(01:29:50 do vídeo)

O Deputado Nuno Barata, “Senhor Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, houve aqui algumas questões que na verdade acabou por responder de forma demasiado evasiva na nossa opinião, por exemplo: - quando refere os movimentos cívicos, na verdade são os cordões humanos que decidiu desvalorizar há pouco, era importante perceber se é contra esses movimentos cívicos, esses cordões humanos, esses grupos de cidadãos, as plataformas cidadãs, as comissões de utentes? É por são eles que todos os dias estão a tentar defender os serviços públicos de saúde e de educação, e nem sempre nós conseguimos ver qualquer membro do Executivo da Câmara Municipal do Barreiro por exemplo, a fazer um cordão humano à frente e à volta do Centro Hospitalar do Barreiro/Montijo, quando se deixou de poder nascer no Barreiro. Portanto não era se calhar muito simpático desvalorizá-los. Plataformas cidadãs que por exemplo estiveram na origem de movimentos importantes que acabaram por desencadear finalmente o enrocamento do Moinho de Vento que estava descalço há uma série de semanas e cuja estabilidade estava de facto posta em causa. Depois, perceber se tem algum estigma com a habitação social, há bocadinho falava-se aqui “não é acessível a um bairro social” como se fosse uma coisa de fugir, hoje em dia com o problema da habitação social, um bairro social não parece que seja assim tão desagradável, é melhor do que viver na casa dos pais com cinquenta anos. Depois, A Câmara quando faz os centros de saúde que diz aqui que faz e ainda bem para a população do Barreiro, fá-los com o PRR, fá-los-ia sem PRR? É que provavelmente a CDU se tivesse PRR, já os tinha feito. Depois, porque não referiu, qual o custo real efetivo do Moinho Grande? Não é um ponto sete, quanto é? Todos os benefícios que a estrutura pode representar para a Autarquia e para os

barreirenses, e sendo eu da área de turismo, tenho que obviamente olhar para aquela estrutura, como estrutura que engrandece a oferta turística do Barreiro mesmo não tendo nós a capacidade aquilo que um destino turístico da Área Metropolitana de Lisboa pretende almejar, nomeadamente em relação aos acessos, às entradas e às saídas de um destino turístico que são anedóticas neste momento. Finalmente era importante que os barreirenses percebessem o que foi dito aqui outra vez, “já não é de luxo, mas a Braamcamp vai ter habitação”, disse.”, interveio.

(01:32:25 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Pinotes Batista, “Boa noite Senhores Deputados! Vou ser sucinto na minha intervenção, mas há uma matéria sobre a qual gostaria de usar a palavra. A Casa de Cultura do Barreiro, é um equipamento com um valor cultural e histórico tremendo, que nos últimos anos tem sido pela parte da Câmara Municipal do Barreiro dinamizado sempre que possível, ela encontra-se sobre controle do Ministério das Finanças, através de uma de muitas empresas por si tutelada e tem desde a sua ornamentação à capacidade técnica e acústica, ao seu histórico uma riqueza tremenda. São muitos os artistas internacionais que ao longo de décadas cá estiveram, alguns dos maiores cancioneiros portugueses, muitos que ficavam surpreendidos com a qualidade daquele espaço, e nós refletimos muito sobre os antigos territórios da CUF, nós refletimos muito sobre um conjunto de planos e depois existem coisas tão simples, sobre os quais os órgãos de soberania se têm de entender e tenho sido testemunha do esforço que a Câmara Municipal do Barreiro, através da Senhora Vereadora e do Senhor Presidente da Câmara têm realizado ... eu queria fazer um apelo público ao Ministério das Finanças para que possa, num esforço solidário de todos que não tem que ser partidariado porque são matérias que levam muitos anos, já viram muitos governos e portanto não tem que haver aqui um esforço de partidariação, mas pode haver um esforço de unidade de nós todos, porque é uma causa tão simples... é colocar a Casa de Cultura do Barreiro ao serviço do Barreiro. E se nós tivermos a capacidade de neste pequeno episódio, sabendo dos esforços que o Município tem feito, se nos soubermos unir nisto... eu acho que depois a pessoas compreendem e melhor, porque é que temos divergências noutras coisas, e eu considero também que é assim que se acaba com os populismos e com as demagogias. E, portanto, Senhores Deputados do PSD, de uma forma não ostensiva, não conflitual, eu queria lançar o repto para que isto não seja uma causa do Partido Socialista, para que não deixemos a Câmara Municipal do Barreiro sozinha nos esforços que tem feito, para eu façam também esforços junto do vosso Governo para resolvermos esta matéria. Ter uma casa como aquela fechada é um desperdício tremendo, são anos a mais, são municípios de várias cores, são dificuldades administrativas, de descoordenação do Estado. Julgo que todos juntos conseguimos resolver o problema... fica assim, porque a outra solução era fazer uma petição popular, mas isso seria demitirmo-nos das funções para as quais todos somos eleitos, e queria, portanto, deixar esta nota. Muito obrigado!”, disse.

(01:35:05 do vídeo)

O Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa, respondeu ao Deputado Nuno Nogueira que só podia considerar como desatenção a intervenção que fizera. Não desconsiderara a habitação social, pelo contrário, frisara a sua importância, apenas dera como exemplo o rumor que se lançara de que o arrendamento acessível nos fidalguinhos iria ser um bairro social, e não havia mal em o ser, o mal era a mentira. Não tinha nada contra os movimentos cívicos, desde que não fossem encapotados. Negou que tivesse sido por causa dos movimentos cívicos que se fizera a intervenção nos moinhos...(interrupção) ... “Oh Senhor Presidente vamos lá a ver uma coisa. O Senhor

Vereador em substituição disse aqui “não seja mentiroso!” (interrupção)...eu sei que o último grau de combate é a maledicência e a ofensa, dos senhores que depois fazem petições contra as palavras de ódio, como tivemos na outra Assembleia Municipal. Tenha decoro já que não o tem à verdade, tenha a esta Casa” ... (esclarecimento do Presidente da Assembleia Municipal) ... a cobardia ataca sempre pela calada, de voz baixa e pelas costas, sempre!”, acrescentou. Não entendera a afirmação de que já não se podia nascer no Barreiro, pois fora entregar o Diploma da Cidade a uma menina linda que nascera no Alto do Seixalinho, com a maternidade cheia. Claro que o preocupava o encerramento das maternidades, mas era preciso haver rigor no que se dizia. Voltou a repetir que também gostava que o custo real efetivo do Moinho Grande fosse um ponto sete, mas o processo ainda não estava fechado. “Muitas vezes é importante...nós sabemos que estamos naquela época que vale tudo, mas aquilo que quero frisar é que, nós todos nos enganamos naquilo que dizemos e às vezes dizemos com base em dados que possam estar incorretos e corrigi-los, mas dizer coisas que não dissemos, como foi em relação à habitação social, mencionar factos que são falsos, como foi no caso dos nascimentos, dizer que não disse quando disse, como foi o caso do Moinho, só para se associar a quem está desatento. Obrigado Senhor Presidente!”, concluiu.

3.3 PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA ISENÇÃO DE IMI – CERTIFICAÇÃO DE OBRAS DE REABILITAÇÃO URBANA, ISENTAS DE CONTROLE PRÉVIO – AVENIDA DA REPÚBLICA – UNIÃO DE FREGUESIAS DE BARREIRO E LAVRADIO;

(01:42:50 do vídeo)

O Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa, explicou que era um processo normal, cujo enquadramento carecia de deliberação da Assembleia Municipal.

(01:43:38 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Pinotes Batista, agradeceu publicamente ao Gabinete do Senhor Presidente da Câmara, ao Chefe de Gabinete António Meirim, mas mais especificamente à Adjunta Perpétua de Jesus pelo apoio dado no escrutínio entre o que era deliberado na Câmara e que vinha à Assembleia Municipal. O Assessor António Fragoso em coordenação com o Gabinete do Presidente da Câmara concluíra que o ponto em apreciação carecia de deliberação em Assembleia Municipal.

(01:44:50 do vídeo)

Colocado à votação o ponto 3.3 foi:

Aprovado por unanimidade com votos do PS (20), da CDU (7), do PSD (2), do CH (1) e do BE (1) – Deliberação Nº 52-2025.

3.5 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO - 2025;

(02:06:40 do vídeo)

A Vereadora Maria João Regalo, apresentou o ponto como de carácter técnico, que resultava da aprovação de diversas candidaturas submetidas e da necessidade de criar novas rubricas para acomodar os valores na Receita e consequentemente na Despesa.

(01:46:300 do vídeo)

Colocado à votação o ponto 3.5 foi:

Aprovado por unanimidade com votos do PS (20), da CDU (7), do PSD (2), do BE (1) e abstenção do CH (1) – Deliberação Nº 53-2025.

3.6 DESAFETAÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, PARA POSTERIOR DOAÇÃO AO PROPRIETÁRIO DO TERRENO CONFINANTE

(01:47:20 do vídeo)

A Vereadora Maria João Regalo, explicou que devido a obras de rearranjo urbanístico, era necessário desafetar cento e cinco metros quadrados de terreno municipal para doar ao proprietário do terreno confinante, repondo a metragem que lhe fora retirada.

(01:48:45 do vídeo)

Colocado à votação o ponto 3.6 foi:

Aprovado por unanimidade com votos do PS (20), da CDU (7), do PSD (2), do CH (1) e do BE (1) – Deliberação N° 54-2025.

3.8 ABERTURA DE HASTA PÚBLICA PARA VENDA DE LOTES DE TERRENO SITOS NA QUINTA DAS CANAS, DECORRENTES DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO MUNICIPAL N.º 1/2023, PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO;

(01:49:08 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Pinotes Batista, deu nota de que com base na lei das competências da Assembleia Municipal, apenas haveria necessidade de pronúncia quando o valor global da transação excedesse os mil de índice do RMMG. Apesar de se prever que do ponto de vista pecuniário a transação iria ser inferior, existiam trocas e cedências, e o valor global iria exceder esse índice. A proposta estava a ser apresentada por uma questão de prudência.

(01:50:50 do vídeo)

O Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa, confirmou que era isso, a operação necessitava de uma avaliação, e essa avaliação estipulava um montante final que iria exceder o índice.

(01:52:20 do vídeo)

Colocado à votação o ponto 3.8 foi:

Aprovado por unanimidade com votos do PS (20), da CDU (7), do PSD (2), do CH (1) e do BE (1) – Deliberação N° 55-2025.

3.9 MINUTA DE ADENDA-CONTRATO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE – ESTACIONAMENTO MERCADO 1º DE MAIO;

(01:53:00 do vídeo)

O Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa, na sequência do que já fora deliberado em relação à operação no Mercado 1º de Maio, era necessário registar a alteração contratual.

(01:54:13 do vídeo)

Colocado à votação o ponto 3.9 foi:

Aprovado por unanimidade com votos do PS (20), da CDU (7), do PSD (2), do CH (1) e do BE (1) – Deliberação N° 56-2025.

3.10 ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL GASÓLEO RODOVIÁRIO ADITIVADO PARA OS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TRANSPORTES PÚBLICOS DO BARREIRO;

(01:55:12 do vídeo)

A Vereadora Maria João Regalo, a proposta era exatamente igual à que já fora discutida e aprovada em Assembleia, houvera um problema na publicação do anúncio público no Jornal Europeu devido a uma falha técnica, daí a necessidade de o anular e voltar a fazer de novo. Recordou que muito do valor do gasóleo era para fornecimento às viaturas da Câmara Municipal do Barreiro, para de uso próprio dos TCB nas cinco viaturas de turismo e para eventuais necessidades da Proteção Civil.

(01:57:55 do vídeo)

Colocado à votação o ponto 3.10 foi:

Aprovado por unanimidade com votos do PS (20), da CDU (7), do PSD (2), do CH (1) e do BE (1) – Deliberação N.º 57-2025.

(01:59:04 do vídeo)

Colocado à votação a Ata N.º 03-2025, referente à Sessão Ordinária realizada nos dias 22, 23 e 29 de abril (com acerto do Grupo Municipal do CHEGA) foi:

Aprovada por unanimidade com os votos do PS (20), da CDU (7), do PSD (2), do CH (1) e do BE (1) – Deliberação N.º 58-2025

(01:59:10 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Pinotes Batista, informou que os Serviços iriam operar uma alteração ao Regimento da Assembleia Municipal e distribuir a todos uma versão atualizada, que incluísse no final a data de cada alteração efetuada.

(02:00:31 do vídeo)

O Deputado José Luís Ferreira, louvou a iniciativa, porque nunca tivera segurança no Regimento. Acrescentou que não queria que ficasse a ideia de que andavam sempre a levantar problemas, porque faltava dizer que de facto a Câmara Municipal utilizara a figura de declaração política sem ter cobertura regimental, pois a alteração fora feita depois disso ter acontecido.

(02:01:04 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Pinotes Batista, para que ficasse tudo dito e não só uma versão, complementou o que fora dito, registando que o que faltava era a norma habilitante. “Tem razão Senhor Deputado, mas é diferente dizer e cito, “sem qualquer cobertura regimental” ... porquê? Porque nos anexos do Regimento constava, e, portanto, ficamos assim!”

Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram encerrados às vinte e três horas e trinta minutos do dia um de julho de dois mil e vinte e cinco.

APROVAÇÃO DA ATA

Para constar e produzir os seus efeitos legais, foi lavrada a presente Ata que após lida e aprovada por unanimidade, na Reunião realizada no dia vinte e três de setembro de dois mil e vinte e cinco, vai ser assinada por mim, Filomena Maria Rodrigues Neves, Assistente Técnica que a lavrei e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista.

O Presidente da Assembleia Municipal,


André Alexandre Pinotes Batista

A Assistente Técnica,


Filomena Neves

25 de junho



1 de julho

